

18 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CNJ cobra desembargadora por criticar fala de Toffoli sobre 64

Corregedor questiona Kenarik Boujikian, que viu desrespeito a vítimas da ditadura

Reynaldo Turolo Jr.
e Leonardo Neiva

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, abriu um procedimento para que uma desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo esclareça declarações que deu em um evento promovido pela Folha sobre os 30 anos da Constituição.

Segundo a assessoria da Corregedoria, ligada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Martins instaurou um pedido de providências de ofício — sem que fosse provocado. As declarações foram críticas a uma fala do presidente do STF, Dias Toffoli.

Na segunda-feira (15), em um seminário realizado no auditório da Folha, em São Paulo, a desembargadora Kenarik Boujikian disse ver riscos à democracia. “Um ministro do STF chamar de movimento um golpe reconhecido historicamente é tripudiar sobre a história brasileira. De algum modo, é desrespeitar todas as nossas vítimas.”

Ainda na opinião dela, os mecanismos previstos em lei para controlar o poder e defender os direitos nem sempre funcionam. “O Judiciário está disfuncional em relação ao sistema democrático”, disse.

Boujikian se referiu a uma palestra de Toffoli proferida na Faculdade de Direito da USP no último dia 1º. Na ocasião, o presidente do Supremo disse que hoje prefere se referir ao golpe militar de 1964 como “movimento de 1964”.

“Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964”, afirmou Toffoli. A declaração gerou críticas do centro acadêmico dos estudantes de direito, que chegou a pedir uma retratação.

O corregedor nacional de Justiça afirmou, na decisão que instaurou o procedimento sobre a desembargadora, que o episódio pode caracterizar conduta vedada a magistrados e deu prazo de 15 dias para que ela se manifeste.

Procurada pela reportagem, Boujikian disse que espera ser notificada para dar maiores esclarecimentos. “Eu penso que não há outra forma de denominar o período pós 64: foi uma ditadura e chamar de outro modo é tripudiar a história brasileira, suas vítimas e toda humanidade. Mas vou aguardar a notificação para dar maiores esclarecimentos.”

Rafael Custódio, coordenador do programa de violência institucional da Conectas, que realizou o evento com a Folha, disse ter ficado “surpreso

e indignado” com o questionamento à desembargadora.

“Ela somente exerceu seu direito de liberdade de expressão. Não houve nenhuma ofensa a autoridade ou instituição. O CNJ extrapolou suas atribuições legais. Deveria se preocupar mais com desvios do Judiciário do que em controlar ideologicamente juízes.”

O CNJ disse que a desembargadora pode ter realizado “conduta vedada” a magistrados.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 OUT 2018



Keiny Andrade - 15.out.18/Folhapres

“

! Eu penso que não há outra forma de denominar o período pós 64: foi uma ditadura e chamar de outro modo é tripudiar a história brasileira, suas vítimas e toda humanidade. Mas vou aguardar a notificação para dar maiores esclarecimentos

Kenarik Boujikian, desembargadora do TJ-SP

PAINEL DO LEITOR

Ditadura

A desembargadora Kenarik Boujikian, do TJ-SP, merece todo o apoio daqueles que foram vítimas do golpe militar de 1964, considerado um “movimento” pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli. Aqueles que tiveram amigos e familiares torturados (ou eles próprios) e/ou assassinados pelos militares que tomaram o poder jamais se esquecerão do que passaram. Obrigada, desembargadora, pela defesa das vítimas da ditadura sangrenta que vivemos de 1964 a 1985 (“Constituição vive ameaça, dizem especialistas”, Poder, 16/10).
Gilceria Oliveira (São Paulo, SP)

18 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal reverte decisão contra coronel Brilhante Ustra

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu, nesta quarta (17), decisão de primeira instância de 2012 que determinava pagamento de indenização do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) à viúva e à irmã do jornalista Luiz Eduardo Merlino, morto em 1971 em decorrência de torturas na ditadura.

Por unanimidade, uma turma de três desembargadores entendeu que houve prescrição da ação, porque o pedido de indenização foi feito em 2010, embora o caso seja de 1971. Os magistrados entenderam que decorreu prazo superior aos 20 anos previstos na legislação para que o processo fosse levado à Justiça.

De acordo com o relator, Luiz Fernando Salles Rossi, a promulgação da Constituição em 1988 seria o marco temporal, a partir de quando os autores poderiam ter entrado com a ação indenizatória —mas em 2010 já tinham se passado 22 anos.

Em primeira instância, a juíza Cláudia de Lima Menge havia determinado o pagamento de uma indenização de R\$ 50 mil. Na época, ela entendeu que o caso era imprescritível porque deve ser entendido como crime contra a humanidade. “Na maior parte das vezes, o requerido participava das sessões de tortura e, inclusive, dirigia e calibrava intensidade e duração dos golpes e as várias opções de instrumentos utilizados”, disse a juíza na sentença.

“E o quanto basta para reconhecer a culpa do requerido pelos sofrimentos infligidos a Luiz Eduardo e pela morte dele que se seguiu, segundo consta, por opção do próprio demandado.”

O acórdão do Tribunal de Justiça que considera o caso como prescrito ainda não foi publicado. Brilhante Ustra foi chefe do DOI-Codi paulista entre 1970 e 1974, no auge da repressão.

Ele é constantemente citado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), que já chamou o coronel de herói.

18 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL Diga a que veio

Funcionários da Justiça Eleitoral fizeram chegar à presidente do TSE, Rosa Weber, sua insatisfação com a paralisia da corte diante do que consideram atentados institucionais. Coube a um dirigente de associação dos servidores levar o recado à ministra, que depois repassou aos colegas de plenário. O mensageiro fez um relato das ameaças e acusações que pairam sobre o trabalho do tribunal e afirmou que o funcionalismo se sentia ofendido. Por fim, pediu que ela, em nome deles, reagisse.

RASTILHO DE PÓLVORA Segundo um integrante do TSE, Weber também foi informada de registros de manifestações ofensivas em frente a tribunais regionais eleitorais e de que a equipe de inteligência detectou ameaças a outros magistrados nas redes.

MÔNICA BERGAMO

TEVE PRESO A declaração do general Eliéser Girão Monteiro Filho, eleito deputado pelo PSL do Rio Grande do Norte, que defendeu o impeachment e até a prisão de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) que soltam políticos acusados de corrupção gerou mal estar na corte.

CONTA PRÓPRIA Por meio de interlocutores comuns, o presidente do PSL, Gustavo Bebianno, uma das pessoas mais próximas de Bolsonaro, fez chegar ao STF que a opinião, além de imprópria, não seria compartilhada pelo presidencialismo.

CONVITE O ex-ministro Carlos Ayres Britto, do STF, foi convidado para um encontro de advogados e juristas em apoio a Haddad, nesta quinta (18), em SP. Ainda não tinha dado resposta até a noite de quarta (17).

NOVA CASA O Adote um Boa Noite, projeto do TJ-SP (Tribunal de Justiça de SP) que busca dar visibilidade para maiores de oito anos que esperam por uma adoção, conseguiu, em seu primeiro ano, que quatro crianças ganhassem um novo lar. Além disso, outros 17 processos estão em andamento.

Com o Supremo, com tudo

Impressiona a incapacidade da Justiça de se entender
como parte do sistema em crise

Ok que a Justiça precisa ser cega para ser imparcial, mas deveria parar por aí. Chega a impressionar a incapacidade do Judiciário brasileiro de entender que faz parte do sistema que vive uma crise de legitimidade no país.

Há dificuldade entre ministros de cortes superiores, juízes e também entre membros do Ministério Público de compreender que estão, todos eles, inseridos até a alma na estrutura contestada por parte significativa do eleitorado.

O sintoma mais visível dessa cegueira deliberada é a letargia de ministros que compõem o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de responder à altura os ataques que o tribunal, como instituição, vem sofrendo diuturnamente.

Diante das centenas de questionamentos sobre a lisura da eleição, das urnas, e também diante das fake news, tudo o que os guardiões da Constituição produziram foi bravata, ironia e inação.

O líder das pesquisas repetiu pela enésima vez em setembro que o sufrágio no Brasil não é seguro. “Tem gente que acredita em Saci Pererê”, respondeu Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal. Sim, ministro. Ao que parece, muita gente.

Luiz Fux, que presidiu o TSE até agosto, chegou a dizer que as eleições poderiam ser anuladas se influenciadas por notícias falsas. E agora?

Rosa Weber, que assumiu a corte depois dele, se limitou a proferir meia dúzia de declarações protocolares.

No dia do primeiro turno, diante da proliferação de vídeos (montagens, depois se comprovou) e suspeitas lançadas por candidatos, um ministro do TSE se limitou a dizer que é com “isso aí que a gente vai ser obrigado a lidar”.

Foi preciso que Weber, que ainda tem a imagem pessoal preservada, recebesse uma ameaça para deflagrar um arremedo de reação. A mensagem ofensiva foi revelada pela repórter Thais Arbex, no Painel desta Folha, na segunda-feira (15).

As instituições estão funcionando? A maioria da sociedade parece não concordar e o faz dando uma belíssima banana para o sistema vigente. O que vão fazer os magistrados que defendem uma Justiça atenta “aos anseios das ruas” diante da agenda que se levanta nesta eleição?

Eliéser Girão Monteiro Filho (PSL-RN), general recém-eleito deputado, disse em entrevista ao Estado de S. Paulo que o impeachment e a prisão de ministros do STF deveria integrar o “plano de moralização das instituições da República”. Está bom ou querem mais?

Uma reforma do Judiciário estava na agenda das duas campanhas que chegaram ao segundo turno da disputa pelo Planalto. Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) recuaram, mas a prudência recomenda que o assunto não seja dado como enterrado.

Entre os generais que assessoram Bolsonaro, hoje franco favorito à Presidência, há um que afirmou que a década de 1970 foi uma maravilha porque não tinha Ministério Público nem Ibama “para encher o saco”.

O presidencial, por sua vez, não se comprometeu em escolher o Procurador-Geral da República por meio de lista tríplice. Quer alguém isento, disse. O que seria isso? Ele esclareceu: não pode ser de esquerda.

Procuradores e promotores já demonstram preocupação com retrocessos na defesa dos direitos humanos e da legislação ambiental. O que farão se forem tolhidos de parte de suas obrigações legais? Vão se contentar com o papel de polícia [da] política?

O Judiciário precisa tirar a venda para se olhar no espelho. A pauta corporativista regada a auxílios, os embates públicos e os ataques de voluntarismo deixam rastros de caminhos retóricos que podem ser acionados para questionar o funcionamento dos tribunais.

Sim, excelências, a era é a do “fora todos”, com o Supremo, com tudo.

PF vê indícios de propina de R\$ 5,9 milhões para Temer no setor portuário

BRASÍLIA O relatório final da Polícia Federal vê indícios de que o presidente Michel Temer (MDB) recebeu diretamente R\$ 5,9 milhões de propina no setor portuário.

De acordo com o texto, assinado pelo delegado Cleyber Malta Lopes, os valores teriam sido pagos pela Rodrimar, pelo grupo J&F e pelo grupo Libra, em doações oficiais e em dinheiro vivo.

A PF afirma que “o setor portuário sempre foi área de influência e interesse do MDB e do presidente” e por isso as indicações até hoje são feitas pelo partido.

O relatório da polícia aponta que o coronel João Baptista Lima Filho seria o intermediador do emedebista.

A PF enviou nesta terça (16) ao Supremo Tribunal Federal o indiciamento do presidente e mais dez pessoas. O relator do caso é o ministro Luís Roberto Barroso. O Ministério Público é quem tem competência para fazer a denúncia. A polícia pediu a prisão de quatro investigados, entre eles o coronel Lima.

A defesa de Temer entrou com pedido no STF em que questiona a possibilidade de indiciamento do presidente da República pela PF.

Para os advogados do presidente, a PF usurpou competência do STF ao fazer o indiciamento e a “repercussão do ato visivelmente ilegal” prejudica a honra do presidente, “com reflexos inclusive na estabilidade da nação”.

A defesa afirma que não teve tempo de analisar o material, mas ressalta que Temer não praticou qualquer dos delitos que lhe foram atribuídos “e que, seguramente, não há elementos suficientes para justificar a conclusão lá exposta”.

No relatório da polícia, que tem quase 900 páginas, Mal-

ta Lopes descreve que havia uma engenharia financeira para a lavagem de dinheiro, à disposição principalmente de Temer, que funciona há pelo menos 20 anos.

Aberto em 2017, o inquérito buscava esclarecer se Temer recebeu, por meio do militar aposentado, propina em troca da edição de um decreto que teria beneficiado companhias que atuam no porto de Santos. A medida assinada por Temer permitiu ampliar de 25 para 35 anos os contratos de concessões e arrendamentos no porto firmados após 1993.

Outro ponto do relatório da PF é uma reforma realizada na casa da filha do emedebista, entre 2013 e 2015.

Como a Folha revelou em abril, a mulher do coronel, Maria Rita Fratezi, pagou em dinheiro despesas da obra do imóvel de Maristela Temer, filha do presidente.

O relatório final da PF diz haver “indícios concretos” de que dinheiro de propina da JBS a Temer pagou a reforma da casa de Maristela.

Segundo o delegado Malta Lopes, o emedebista acompanhou detalhes da obra, inclusive financeiros, contradizendo depoimentos da família. De acordo com o texto enviado ao STF, o presidente era copiado em emails.

A reforma foi realizada de 2013 a 2015 e, segundo a investigação, pode ter custado até R\$ 2 milhões. Grande parte foi paga com dinheiro vivo.

A casa de Maristela fica em Alto de Pinheiros, na zona oeste de SP. Quem comandou a obra foi o coronel Lima Filho e sua esposa, Maria Rita Fratezi, que é arquiteta. Em delação premiada, executivos da JBS disseram que repassaram R\$ 1 milhão a Lima, a pedido de Temer. Camila Mattoso e Letícia Casado

18 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

BRF tenta leniência dentro da Carne Fraca

Investigada por pagamento de propina, dona das marcas Sadia e Perdigão negocia com Ministério da Transparência, MPF e CGU

BRASÍLIA Dona das marcas Sadia e Perdigão, a BRF iniciou tratativas para um acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

As negociações envolvem crimes investigados na Operação Carne Fraca, deflagrada no ano passado pela Polícia Federal, que apontou pagamento de propinas a servidores do Ministério da Agricultura por alguns dos maiores frigoríficos do país, em troca de facilidades diversas.

Dezenas de investigados, entre eles funcionários públicos e executivos das empresas, incluindo a BRF, foram indiciados por corrupção, crimes contra a ordem econômica e falsificação de produtos alimentícios, entre outros crimes.

A operação teve forte impacto sobre o setor, afetando em alguns momentos as exportações brasileiras, em razão de suspeitas sobre a eficiência do controle sanitário dos produtos.

Espécie de delação premiada para pessoas jurídicas, a leniência permite que empresas envolvidas em esquemas ilícitos se livrem de multas e da declaração de inidoneidade, sanção que impede a participação em licitações abertas pelo governo federal e a obtenção de crédito em bancos públicos.

Em troca, elas têm de colaborar com as investigações, revelar fatos novos, desconhecidos pelas autoridades,

e ressarcir integralmente os eventuais danos causados ao erário.

A informação sobre a tentativa de acordo foi divulgada pelo "Valor Econômico" nesta quarta (17) e confirmada pela Folha com pessoas que têm acesso às negociações.

As comissões para tratar do acordo com representantes da BRF estão sendo formadas. A concessão dos benefícios dependerá do sucesso dessas conversas.

No caso da Lava Jato, o entendimento com algumas empreiteiras levou anos para se concretizar.

A proposta da BRF é a de detalhar os principais esquemas citados em relatórios da PF, entre eles o pagamento de propinas a fiscais da Agricultura para facilitar o licenciamento de frigoríficos e para conseguir a edição de normas que facilitassem suas exportações.

Em março deste ano, outra frente de investigação da Carne Fraca, denominada Operação Trapaça, apurou fraudes em análises laboratoriais dos produtos comercializados e a apresentação de dados falsos ao Ministério da Agricultura.

Na última segunda (15), a PF indiciou 41 pessoas por participar desse suposto esquema, entre elas o empresário Abílio Diniz, acionista e ex-presidente do Conselho de Administração da BRF, e o ex-diretor-presidente do grupo Pedro de Andrade Faria. Eles são suspeitos de cometer crimes

contra a saúde pública, estelionato, falsidade ideológica e organização criminosa.

A BRF não se pronunciou sobre a tentativa de um acordo de leniência. Informou apenas que colabora com as autoridades competentes. A CGU não se manifestou.

A assessoria de Abílio sustenta que o empresário não cometeu nenhuma irregularidade na BRF.

Já a BRF alega estar colaborando com os investigadores e que afastou preventivamente seus funcionários sob suspeita.

18 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Procurador vê risco de lavagem de dinheiro com criptomoedas

SÃO PAULO O limbo jurídico e de regulação em que se encontram as criptomoedas no Brasil faz delas meio para lavagem de dinheiro, avaliou Rodrigo De Grandis, procurador do Ministério Público Federal, em evento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) nesta quarta-feira (17).

“Não conhecemos a forma adequada como elas se processam, como são usadas. Há um limbo jurídico em termos de regulação, os órgãos não têm entendido como a matéria deve ser regulada”, disse o procurador.

“Mas, para o Ministério Público Federal, as criptomoedas constituem veículo e instrumento apto à lavagem de dinheiro”, completou De Grandis em palestra no 8º Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, em São Paulo.

Para o procurador, as moedas virtuais “serão efetivamente utilizadas aqui para lavagem de dinheiro” e, segundo ele, isso “vai acabar batendo nos tribunais”.

Anais Fernandes

18 OUT 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

PRIMO PEDE

ANULAÇÃO

Luiz Abi Antoun quer que a delação de Tony Garcia, que levou Richa pra cadeia, seja anulada

Felippe Anibal
Gazeta do Povo

Denunciado por corrupção passiva em processo decorrente da Operação Rádio Patrulha, o primo do ex-governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi Antoun, que tem um mandado de prisão temporária contra si e ainda não voltou do Líbano, questionou na Justiça a validade de gravações e capturas de tela apresentadas como provas pelo empresário Tony Garcia que se tornou um delator do esquema de corrupção. Antoun pede que o acordo de colaboração premiada e as provas sejam anulados.

Richa, o primo e outras 11 pessoas chegaram a ser presos na operação, que investiga o direcionamento de licitação em um programa de pavimentação de estradas rurais, em troca de propina.

Os pedidos constam da defesa preliminar de Antoun, juntada à ação penal nesta quarta-feira (17). No documento, o advogado Anderson Mariano argumenta que “há fundada dúvida quanto à edição” das gravações apresentadas por Tony Garcia e que não é possível garantir que as vozes captadas são mesmo das pessoas a que o delator se referiu em seus depoimentos. A defesa alega ainda que o colaborador

Luiz Abi Antoun está no Líbano desde que foi solto da prisão pelo ministro Gilmar Mendes.

não entregou à Justiça o aparelho em que fez as gravações, para que este pudesse ser periciado.

Entre os áudios disponibilizados às autoridades por Tony Garcia, estão gravações de reuniões, em que empresários a quem a licitação foi direcionada combinam que 8% do valor bruto que receberiam seriam repassados como propina ao núcleo político de Richa. Em outro material, o delator gravou uma conversa com o ex-governador, em que este diz ter caído um “tico-tico” e que, por isso, Garcia deveria “ir pra cima” de um dos empresários. Segundo as investigações, “ir para cima” significa cobrar propina atrasada.

O advogado de Antoun também con-

testou as conversas de WhatsApp e reproduções de diálogos fornecidos pelo delator. Segundo a defesa, “pela simples captura de tela não é possível constatar se o nome associado ao contato realmente condiz com o titular da linha” e “as supostas conversas podem, inclusive, ter sido manipuladas pelo próprio colaborador premiado”.

Em razão disso, a defesa do primo de Richa pede que as provas sejam consideradas nulas e, por consequência, que a Justiça rejeite a denúncia oferecida contra Antoun, “ante ausência de justa causa”.

Por causa disso e de “outros vícios”, a defesa de Antoun pede que a Justiça anule o acordo de colaboração premiada firmado com Tony Garcia. Entre os outros fatores, o advogado do primo de Richa afirma que a delação foi homologada por um magistrado que, posteriormente, “se declarou suspeito para atuar nos processos relacionados”. Além disso, a defesa questiona a credibilidade de Tony Garcia, que teria firmado a delação com intuito de “evitar a todo custo ser responsabilizado por suas ações, desviando o foco para pessoas de maior visibilidade”.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

18 OUT 2018

Delator

O empresário Tony Garcia refutou cada um dos argumentos apresentados à Justiça pela defesa de Luiz Abi Antoun. O delator ainda não teve acesso ao documento, mas, em entrevista à Gazeta do Povo, ao ser informado do teor das alegações do primo de Richa, o empresário riu, ironicamente. “Tudo isso que ele aponta já foi amplamente discutido e elucidado. É uma argumentação que não para em pé”, disse.

Sobre os áudios e conversas de WhatsApp fornecidos às autoridades, Tony Garcia disse que todos os materiais foram periciados pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual, antes da homologação do acordo de colaboração, o que assegurou que os elementos de prova não sofreram edições ou violações.

Outro lado

Na ocasião da denúncia, Richa e Pepe afirmaram que, a exemplo da prisão temporária, a denúncia contra eles “é baseada única e exclusivamente em termos de depoimento de colaborador premiado já conhecido do Poder Judiciário paranaense, sem qualquer base em provas de suas falaciosas alegações”.

“Ainda mais grave, sem a mínima diligência investigativa por parte do próprio Ministério Público ou da Polícia Civil para fins de verificar as ilações feitas pelo delator. Contudo, permanece a confiança na Justiça, que, em tempo certo, restabelecerá a verdade e a honra da família Richa”, diz o texto.

A defesa de Ezequias Moreira informou que ele “apresentará sua defesa nos autos demonstrando sua plena inocência”. A defesa de Deonilson não se manifestou.

18 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ANTENOR DEMETERCO JÚNIOR

Pena da prisão

A pena de prisão ou a mera carceração provisória (não é pena), sofrem restrições entre os doutrinários da ciência penal. O Direito Penal criou substitutivos para tais constringimentos à liberdade sem igual carga intimidatória ou punitiva. É nos ambientes sombrios das prisões que surgem sociedades criminosas, de lá vem comandos para prática de crimes externamente, as ordens para eliminação de rivais, etc. Verdade que o principal instrumento de combate aos piores crimes já não impressiona seus artífices. Se não funciona para delinquentes comuns, tem sido um benefício para políticos delinquentes, como demonstra a História. Adolf Hitler, golpista fracassado em 1923, aproveitou sua curta hospedagem na prisão de Landenberg para escrever seu infame livro "Mein Kampf". É ele quem o diz em 1942: "Sem o cárcere, Mein Kampf nunca teria sido escrito" (cf. "1924 O ano que criou

Hitler", página 227, de Peter Ross Range). O comunista Leon Trotsky, um dos principais artífices do golpe Bolchevista de 1917, não tinha más lembranças de seu tempo de privação de liberdade na prisão do Czar: "Na prisão vivi, com um livro ou escrevendo horas tão cheias de contentamento como nas assembleias da revolução" (cf. "Minha Vida", página 476). A ex-Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, em seu livro "Fascismo, um alerta", esclarece ao mundo acerca da nefasta atualidade deste regime (melhor seria de seus métodos de governo), e como Chaves, Hitler, Mussolini e Perón formaram-se na prisão para ingressar na política (cf. página 131). O político preso parece ser, historicamente, mais perigoso atrás das grades do que livre, pois como um tigre acuado afia as garras para futura atuação. Democratas acomodados não devem menosprezar o inimigo que trama no silêncio do cárcere, seja programando

crimes e revoluções, ou dirigindo eleições. A prisão, na retórica liberatória dos advogados de júri, é a universidade do crime. Ainda hoje não se descobriu, lamentavelmente, um substituto à altura da mesma. E a sociedade não pode existir sem ela.

*Antenor Demeterco Júnior, leitor.

18 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARCO ASSEF

Beto e Pepe Richa pedem habeas-corpus preventivo

O ex-governador do Paraná Beto Richa e o irmão dele José Richa Filho, conhecido como Pepe Richa, entraram com um pedido habeas corpus preventivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), para evitar prisões em investigações da Polícia Federal (PF). O ex-governador do Paraná e o irmão foram alvos das operações Piloto e Integração II, ambas deflagradas em setembro. O pedido da defesa foi feito na terça-feira (16).

Pepe Richa chegou a ser preso na Integração II, mas foi liberado após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). No pedido de habeas corpus, os advogados argumentam que há “expresso compartilhamento das provas produzidas na Operação Rádio Patrulha”, que chegou a prender Beto Richa e o irmão, com as investigações da PF. A Rádio Patrulha apura um esquema para desviar dinheiro por meio de licitações no programa Patrulha do Campo, para recuperação de estradas rurais do estado.

18 OUT 2018

BEMPARANÁ

Beto Richa e irmão pedem 'salvo-conduto' contra prisão

O ex-governador Beto Richa (PSDB) e o irmão dele, Pepe Richa (PSDB), ingressaram na terça-feira com um habeas corpus preventivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre. O pedido, assinado por oito advogados, encaminhado à desembargadora Salise Monteiro Sancho-tene, pede um "salvo-conduto" para que os irmãos não sejam presos em eventual pedido do Ministério Público Federal (MPF) no âmbito das operações Integração II e Piloto, 53ª e 55ª fases da Lava Jato, coordenadas pelo juiz Paulo Sérgio Ribeiro, da 23ª Vara Federal de Curitiba. As duas investigações apontam para o mesmo grupo político e revelaram esquemas de corrupção e fraudes nos contratos de pedágio do Anel de Integração e corrupção na proposta de duplicação da PR-323, respectivamente.

No pedido, os advogados dos irmãos Richa alegam que o objetivo é "resguardar a liberdade de locomoção dos pacientes, que se encontram sob ameaça, diante dos procedimentos penais em trâmite perante o Juízo Federal Substituto da 23ª Vara Federal de Curitiba". Ambos também são alvos de denúncia e mandados de prisão preventiva na Operação Rádio Patrulha, do Ministério Público estadual, que investiga corrupção no programa Patrulhas do Campo, de recuperação de estradas rurais no interior do Paraná, e é conduzida pelo juiz da 23ª Vara Criminal de Curitiba, Fernando Fischer.

Eles estão em liberdade por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A liberdade é baseada em uma ADPF (Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental), de número 444, que impede a condução coercitiva para interrogatório. Os advogados alegaram na ocasião que as prisões eram conduções coercitivas disfarsadas.

Preventivo - Com base em argumentos semelhantes, o habeas corpus preventivo nos processos da Lava Jato também tenta impedir que os investigados sejam presos pelos mesmos motivos. "O que se não pode admitir, contudo, é o uso estratégico, tático e ilegal da decretação de sucessivas prisões cautelares, destituídas de qualquer respaldo fático idôneo", aponta o pedido.

"Uma das estratégias utilizadas na Operação Lava Jato para perpetuar prisões cautelares e blindar a análise da legalidade das medidas impostas, pelas instâncias jurisdicionais superiores, tem consistido em decretar prisões preventivas e, poucos dias (ou semanas) antes do julgamento dos habeas corpus impetrados contra essas cautelares, nas instâncias jurisdicionais superiores, impor-se, então, novas medidas preventivas, com base em supostos elementos probatórios "novos", adotando, porém, os mesmos fundamentos cautelares anteriormente deduzidos", afirma o documento.

Para os advogados, não há possibilidade de continuação de suposto ato delitivo e que os fatos são antigos, o que impede eventual abuso de "poderio econômico" e de "influência política", uma vez que Beto Richa não possui mais cargo. "O objetivo do MP Federal e do MP Estadual em destruir a campanha política de Beto Richa ao Senado Federal mediante a deflagração de três operações policiais sucessivas, ilegais e completamente desprovidas de contemporaneidade, às vésperas da data agendada para a realização das eleições, foi alcançado com êxito", diz o documento.

Os advogados afirmam ainda que a Operação Integração II, que teve apenas Pepe como alvo, também prejudicou Beto Richa, porque foi realizada às vésperas das eleições. "Ao ser postergado o cumprimento das medidas cautelares expedidas em desfavor de Pepe Richa, para poucos dias antes das eleições, houve efetivo e direto impacto no processo político eleitoral".

18 OUT 2018

BEM PARANÁ

General quer cassação de Gilmar Mendes por soltar tucanos

Eleito deputado federal pelo PSL - partido do presidenciável Jair Bolsonaro - no Rio Grande do Sul, o general Eliéser Girão Monteiro Filho defendeu o impeachment e a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) responsáveis pela libertação de políticos acusados de corrupção, como os ex-governadores do Paraná, Beto Richa (PSDB) e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) e o ex-deputado José Dirceu (PT). De acordo com reportagem do Estadão, Monteiro Filho alega que isso faria parte de um “um plano de moralização das instituições da República”.

“Não tem negociação com quem se vendeu para o mecanismo”, escreveu o general em sua conta no Twitter, em referência à série da Netflix sobre a Lava Jato. “Destituição e prisão”, defendeu. Ele confirmou as declarações ao Estadão. “É isso. O Senado tem de cumprir o papel dele”, afirmou.

Por lei, o impeachment de ministros do Supremo depende de votação pelo Senado. Monteiro Filho citou especificamente o caso dos dois ex-governadores tucanos soltos por Gilmar Mendes. “Aí o cara é solto pelo ministro do Supremo. E você sabe que não manda soltar por acaso”, disse. Ele defendeu ainda que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja transferido de sua cela na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba para um presídio comum.

Abuso de poder

A Vara da Fazenda Pública de Paranaguá (Litoral), condenou o ex-presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Luiz Mossato (PSDB) por improbidade administrativa em decorrência de abuso de poder. Ação do Ministério Público que apontou que entre os anos de 2013 e 2014, Mossato em conjunto com o então chefe do escritório regional do órgão em Paranaguá, Cyrus Moro Daltin, também condenado, transferiu para outra cidade, de forma injustificada, e afastou das funções de fiscalização um servidor que havia atuado diversas empresas em decorrência de irregularidades ambientais.

18 OUT 2018

BEMPARANÁ

Reajuste de servidores indefinido

Congelado desde 2016 pelo então governador Beto Richa (PSDB), o reajuste dos servidores públicos estaduais seguirá indefinido pelo menos pelas próximas duas semanas. Entre as questões pendentes de posição concreta do novo governo para o ano que vem está o eventual reajuste para os servidores do Executivo, no mesmo índice, de 2,76%, ao proposto para os funcionários do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Durante a campanha, a bancada controlada por Ratinho Jr na Assembleia Legislativa apresentou emenda para unificar o reajuste, mas a proposta acabou vetada pela governadora Cida Borghetti.

Questionado sobre o posicionamento anterior, que defendia o reajuste igualitário, Ratinho Jr desconversou e disse que ainda não definiu se vai manter a postura favorável ao reajuste como na época da campanha. “Vamos, a partir de segunda-feira, fazer um estudo do orçamento que foi enviado (à Alep) pelo governo. Temos até dia 20 de novembro para apresentar as emendas. E agora é fazer uma análise técnica do orçamento para o ano que vem, das projeções de crescimento ou não da economia, para entender o que vai entrar na arrecadação do Estado, prever de uma certa forma e daí fazer o encaminhamento de emendas que possam acontecer na Assembleia Legislativa até dia 20”, pondera.

Onovo governo deve assumir o Palácio Iguazu com R\$ 2,4 bilhões a menos que o previsto no orçamento recebido por Cida neste ano. O orçamento enviado à Assembleia prevê uma queda no orçamento do estado para 2019, de acordo com o projeto de lei 493/2018. A estimativa é de que a receita total seja de R\$ 54,2 bilhões – contra R\$ 56,6 bilhões neste ano. A Secretaria da Fazenda (Sefa) contesta e diz, em nota, que haverá um aumento em torno de R\$ 1,6 bi.

18 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO PF vê propina de R\$ 5,9 mi para Temer

Relatório aponta indícios de que presidente obteve repasses ilícitos de empresas do setor portuário

Fabio Serapião

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A Polícia Federal apontou, no relatório final do inquérito dos portos, indícios de que o presidente Michel Temer recebeu R\$ 5,9 milhões de propina das empresas Rodrimar, Grupo J&F e Libra. Segundo a investigação, os repasses teriam sido realizados em doações oficiais e em espécie.

Temer, sua filha Maristela e outras nove pessoas foram indicadas anteontem pelo delegado Gleyber Malta em relatório encaminhado ao ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PF concluiu que Temer editou o Decreto dos Portos, em maio de 2017, com “desvio de finalidade, favorecendo indevidamente empresas e empresários do setor”. Seu ex-assessor e ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (MDB) é apontado como “interlocutor” do emedebista nas supostas negociações com as empresas. O militar João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, próximo a Temer, também foi indiciado e é apontado como “gerente” de uma “estrutura montada” para receber “benefícios financeiros por alguns desses empresários”. A PF pediu ainda a prisão do coronel.

Segundo a PF, a estrutura da empresa Argeplan, de Lima, foi colocada à disposição de Temer e bancou uma reforma em um imóvel de Maristela. Na conclusão do relatório, o delegado afirma que o decreto visou a “honrar compromissos com um setor” do qual Temer “se beneficiou

com recebimento de recursos indevidos durante quase 20 anos”.

Malta ainda aponta na conclusão do relatório a existência de “contatos atípicos” que aparentam “ocorrência fora da sua regularidade” entre Rocha Loures e o procurador da República Alexandre Camanho, secretário-geral na gestão de Raquel Dodge que assumiu a Procuradoria-Geral da República em setembro de 2017. Em mensagens de 2016, Camanho trata com Loures da futura composição do governo Temer.

Defesas. A defesa de Temer disse que não se manifestaria. O advogado Maurício Silva Leite, defensor do coronel Lima, reiterou que o pedido de prisão da PF é descabido e que confia na análise ponderada e técnica do STF.

Camanho informou que, quando era presidente da ANPR, iniciou contato com o então vice-presidente Temer para tratar de questões corporativas e manteve após deixar a associação.

O criminalista Fábio Tofic Simantob, responsáveis pela defesa dos executivos da Rodrimar, disse que o relatório se “contradiz com outro elaborado anteriormente pela própria PF em que reconhece que a Rodrimar não foi beneficiada pelo Decreto dos Portos”.

O advogado César Bittencourt, defensor de Rocha Loures, também disse que não teve acesso ao relatório policial e, portanto, “não há como se manifestar globalmente”. A J&F não se manifestou sobre o caso. O Grupo Libra informou que seus advogados ainda não tiveram acesso ao relatório da PF.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PF quer novo inquérito contra presidente

18 OUT 2018

Na conclusão do inquérito dos portos, o delegado da Polícia Federal Cleyber Malta solicitou a abertura de um novo inquérito para apurar revelações do ex-executivo da Engevix José Antunes Sobrinho em acordo de delação, homologado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. Sobrinho relata suposto pagamento de propina da Engevix para políticos do MDB, com a anuência do presidente Michel Temer, relacionado ao contrato para obra da usina de Angra 3 assinado com a Eletronuclear.

Segundo a PF, Sobrinho fala de “pagamentos indevidos que somam R\$ 1,1 milhão, em 2014, solicitados por João Baptista Lima Filho e pelo ministro Moreira Franco, com anuência” de Temer, no contexto do contrato da AF Consult Brasil com a Eletronuclear. Os valores, segundo o delator, teriam sido depositados em conta da empresa PDA Projeto, do coronel Lima e da mulher dele, Maria Rita Fratezi, via contrato simulado com a Alumi Publicidade.

A solicitação de abertura do novo inquérito está entre os pedidos complementares do delegado Malta. Ele também solicita a abertura de nova investigação sobre a contratação do consórcio Argeplan/Concremat pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Para ele, o material coletado no inquérito dos portos aponta indícios de não execução de serviços e superfaturamento de outros, em contrato de cerca de R\$ 100 milhões.

Outro requerimento é a abertura de inquérito para apurar fatos relatados pelo advogado Flávio Calazans, que diz ter recebido, por meio de contrato fraudulento, R\$ 375 mil da Pérola S.A, empresa que tem a Rodrimar como sócia minoritária. Os valores foram parar em contas de empresa de fachada usada para escoar propina a membros do MDB.

A defesa de Temer informou que vai se manifestar após concluir a leitura do relatório, e a de Moreira Franco não respondeu. / F.S. e R.M.M.

Defesa pede que STF anule indiciamento

A defesa do presidente Michel Temer pediu ao Supremo Tribunal Federal que seja anulado o indiciamento do presidente feito pela Polícia Federal no âmbito do inquérito dos portos. Os advogados alegam que o ato da PF é ilegal já que a corporação não teria competência para indiciar quem tem foro por prerrogativa, como é o caso de Temer.

Apesar de declarar que não analisou todo o relatório da PF, com mais de 800 páginas, a defesa diz que Temer não praticou nenhum dos delitos apontados e cita que o ato “visivelmente ilegal” provoca “deletéria repercussão” na “honorabilidade do presidente”, com “reflexos na estabilidade da Nação”. /

AMANDA PUPO e R.M.M.

18 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Receita apura repatriação de US\$ 20 milhões de Yunes

A Receita Federal investiga a origem de US\$ 20 milhões repatriados pelo advogado José Yunes, ex-assessor especial e um dos amigos mais próximos do presidente Michel Temer. A repatriação foi medida adotada pelo governo para regularizar dinheiro mantido por brasileiros no exterior. O programa foi feito em duas etapas. A primeira foi sancionada por Dilma Rousseff e a segunda, pelo governo Temer. Yunes trouxe o montante ao País na primeira fase, que ofereceu condições mais vantajosas. O valor repatriado por ele estava em um país da Europa.

● **Lupa.** A investigação da Receita tramita sob sigilo e apura a origem do dinheiro repatriado por Yunes. Nos casos em que ficar comprovada ilegalidade, a Receita pode excluir o beneficiário do programa.

● **com a palavra.** Defensor de José Yunes, o advogado José Luís de Oliveira Lima, o Juca, diz que “a defesa não vai se manifestar”.

● **Escapou.** Yunes foi investigado ao lado de Temer no chamado inquérito dos portos, concluído ontem. Ele chegou a ser preso, mas não foi indiciado. Já o presidente foi acusado pela PF de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Ele nega.

● **Atchim!** O presidente do Supremo, Dias Toffoli, vai despachar do seu antigo gabinete. O motivo: está com alergia causada pelo carpete da sala da presidência, que há tempos não passa por uma limpeza. Até a troca, passará longe dali.

PRONTO, FALEI!



Heráclito Fortes

Deputado federal não reeleito (DEM-PI)

“Nada está tão atual como a frase de Ulysses Guimarães: ‘Se você está achando esta legislatura ruim, espere a próxima’”, sobre a nova bancada eleita na Câmara.

SÔNIA RACY

Know-how

Carlos Fernando dos Santos Lima, mentor da Lava Jato, está quase decidido sobre o caminho a tomar depois da sua aposentadoria no MPF. Deve montar empresa dedicada ao compliance.

À coluna, o procurador confirmou ser “uma ideia para o futuro”, lembrando que vem escrevendo sobre o tema há anos.

MP fit

A Associação Nacional do MP do Consumidor abre campanha, hoje, para tornar mais claros os rótulos de alimentos nos mercados. Propõe “selo de advertência na parte frontal das embalagens”, para indicar os perigos do sódio, do açúcar e das gorduras “de forma sucinta, visível e compreensível”.

Motivo? Números precisos, e preocupantes, dando conta do crescimento da obesidade no País. Além disso, dizem os promotores, quase 80% da população não entende as tabelas nutricionais.

18 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Richa e irmão entram com habeas corpus preventivo

O ex-governador Beto Richa (PSDB) e o irmão dele, José (Pepe) Richa, entraram com um pedido de habeas corpus (HC) preventivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), para evitar prisões em investigações da Polícia Federal (PF). O pedido de defesa foi feito na terça-feira (16) e ainda não foi analisado pelo TRF-4. No pedido, os advogados dizem que há "expresso compartilhamento das provas produzidas na Operação Rádio Patrulha" com as investigações da PF.

Beto e Pepe foram alvos da Operação Piloto, a 53ª fase da

Lava Jato, no mesmo dia em que acabaram presos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná. A operação da PF investiga o envolvimento de funcionários públicos e empresários com a empreiteira Odebrecht no favorecimento de licitação para obras na rodovia estadual PR-323.

Desde 14 de setembro, quando deixaram a prisão por determinação do ministro Gilmar Mendes, Beto e Pepe também possuem uma espécie de salvo conduto para evitar prisões na operação estadual. ■

METRO

Lava Jato. Beto e Pepe pedem HC preventivo

O ex-governador Beto Richa e o seu irmão Pepe Richa entraram, na segunda-feira, com um habeas corpus preventivo no TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre. O pedido foi feito contra a 23ª Vara Federal de Curitiba e o Ministério Público Federal. Em tese, caso seja aceito, o HC impediria que a vara decretasse a prisão de qualquer um dos dois.

Os irmãos são alvos em três operações. A Piloto, 53ª fase da Lava Jato, investiga um suposto pagamento de propina no projeto de duplicação da PR-323. Essa operação prendeu Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete de Richa, que estaria negociando uma delação premiada.

Na 23ª Vara Federal também está a Operação Integração, sobre denúncias de pro-



Solto por Gilmar Mendes, Richa chora em campanha | DIVULGAÇÃO

pinas em pedágios do Paraná. Por fim, a Rádio Patrulha investiga supostos desvios em um programa de manutenção de estradas rurais. Foi esta operação que prendeu o ex-governador, mas ele foi solto dois dias depois por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. ● METRO CURITIBA

18 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Temer pede ao STF para anular indiciamento da PF

Defesa diz que PF usurpou competência do Supremo

A defesa de Michel Temer pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal para anular o ato de indiciamento do presidente pela Polícia Federal. A PF indiciou Temer e mais 10 pessoas por integrarem um suposto esquema que atuou para beneficiar empresas do setor portuário, envolvendo a edição de um decreto, em troca de propina.

Os advogados do presidente pediram a “a imediata decretação da nulidade do indiciamento”. “Chamou a atenção a decisão da autoridade policial de proceder diretamente o indiciamento do requerente, sem qualquer autorização de vossa excelência, ou mesmo pedido neste sentido por parte da Douta Procuradoria Geral da Repú-

blica, usurpando a competência exclusiva desta Suprema Corte”, diz o documento enviado ao STF.

Para a defesa, “está claro, pois, que a autoridade policial não dispõe de competência para formalização de ato de indiciamento contra o requerente, o qual, por isso mesmo, deve ser tornado sem efeito de forma imediata”. ■

Municípios não podem criar loterias próprias, afirma STF

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem (17) que municípios não podem criar loterias por meio de leis próprias, pois a Constituição estipula que somente a União tem permissão para legislar sobre sistemas de sorteios e consórcios, de acordo com os ministros. A decisão foi unânime.

Nesta quarta-feira, foi julgada uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) aberta em 2015 pelo então procurador-geral da Repúbli-

ca, Rodrigo Janot, que questionou uma lei sancionada em abril de 2005 pelo município de Caxias, no Maranhão.

O relator da ADPF, ministro Marco Aurélio Mello, disse que o município “afrontou preceito fundamental ao não observar a repartição constitucional de competência legislativa”. Ou seja, o legislativo local violou o pacto federativo ao usurpar a competência da União para legislar sobre tema específico, entendeu o ministro. Ele foi acompanhado por todos os pares. ■

18 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

HC preventivo

O ex-governador Beto Richa e o seu irmão José Richa Filho, o Pepe, ingressaram com pedido de habeas corpus preventivo no Tribunal Federal Regional da 4ª Região. Como há cerca de sete processos em trâmite, dois deles sob sigilo, os advogados se valem dos fundamentos da decisão do ministro Gilmar Mendes para impedir nova prisão. Ocorre que novas prisões poderiam centrar-se em outros fundamentos que não os anteriormente invocados.

18 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

BRF tenta acordo de leniência em investigações da Carne Fraca

Brasília - Dona das marcas Sadia e Perdigão, a BRF iniciou tratativas para um acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

As negociações envolvem crimes investigados na Operação Carne Fraca, deflagrada no ano passado pela Polícia Federal, que apontou pagamento de propinas a servidores do Ministério da Agricultura por alguns dos maiores frigoríficos do país, em troca de facilidades diversas.

Dezenas de investigados, entre eles funcionários públicos e executivos das empresas, incluindo a BRF, foram indiciados por corrupção, crimes contra a ordem econômica e falsificação de produtos alimentícios, entre outros crimes.

A proposta da BRF é a de detalhar os principais esquemas citados em relatórios da PF; as comissões para tratar do acordo estão sendo formadas

A operação teve forte impacto sobre o setor, afetando em alguns momentos as exportações brasileiras, em razão de suspeitas sobre a eficiência do controle sanitário dos produtos.

Espécie de delação premiada para pessoas jurídicas, a leniência permite que empresas envolvidas em esquemas ilícitos se livrem de multas e da declaração de inidoneidade, sanção que impede a participação em licitações

abertas pelo governo federal e a obtenção de crédito em bancos públicos.

Em troca, elas têm de colaborar com as investigações, revelar fatos novos, desconhecidos pelas autoridades, e ressarcir integralmente os eventuais danos causados ao erário.

A informação sobre a tentativa de acordo foi divulgada pelo "Valor Econômico" nesta quarta (17) e confirmada pela Folha de S.Paulo com pessoas que têm acesso às negociações.

As comissões para tratar do acordo com representantes da BRF estão sendo formadas. A concessão dos benefícios dependerá do sucesso dessas conversas.

No caso da Lava Jato, o entendimento com algumas empreiteiras levou anos para se concretizar.

A proposta da BRF é a de detalhar os principais esquemas citados em relatórios da PF, entre eles o pagamento de propinas a fiscais da Agricultura para facilitar o licenciamento de frigoríficos e para conseguir a edição de normas que facilitassem suas exportações.

Em março deste ano, outra frente de investigação da Carne Fraca, denominada Operação Trapaça, apurou fraudes em análises laboratoriais dos produtos comercializados e a apresentação de dados falsos ao Ministério da Agricultura.

Na última segunda (15), a PF indiciou 41 pessoas por participar desse suposto esquema, entre elas o empresário Abilio Diniz, acionista e ex-presidente do Conselho de Administração da BRF, e o ex-diretor-presidente do grupo Pedro de Andrade Faria. Eles são suspeitos de cometer crimes contra a saúde pública, estelionato, falsidade ideológica e organização criminosa.

A BRF não se pronunciou sobre a tentativa de um acordo de leniência. Informou apenas que colabora com as autoridades competentes. A CGU não se manifestou.

A assessoria de Abilio Diniz sustenta que o empresário não cometeu nenhuma irregularidade na BRF. Já a BRF alega estar colaborando com os investigadores e que afastou preventivamente seus funcionários sob suspeita.